L.da, NIF — 507728505, Endereço: Rua Soares dos Reis, 1079, Vila Nova de Gaia, 4430-241 Vila Nova de Gaia, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo administrador da insolvência (Artigo 64.º n.º 1 CIRE).

O prazo é contínuo, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

29-9-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Paulo Fernando Dias Silva.* — O Oficial de Justiça, *Susana Cruz*.

303749697

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE VILA NOVA DE GAIA

Anúncio n.º 9859/2010

Processo: 369/10.9TYVNG Insolvência pessoa colectiva (Requerida)

Requerente: Little Turbilhão, Unipessoal, S. A.
Insolvente: Joaquim António S. Magalhães & C.ª, L.da

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Vila Nova de Gaia, 3.º Juízo de Vila Nova de Gaia, que por despacho de 23-09-2010 procedeu-se ao complemento da sentença nos termos do artigo 36.º do CIRE.-do(s) devedor(es): Joaquim António S. Magalhães & C.ª, L.da, NIF — 500151270, Endereço: Rua Professora Filomena Monteiro, 168, Valbom, 4420-538 Gondomar com sede na morada indicada.

São administradores do devedor:

Maria Angelina Nunes Martins de Sousa Magalhães, estado civil: Casado,, NIF — 162216009, Segurança social — 11297043751, Endereço: Rua da Escola Dramática, N.º 328, Valbom, 4420-443 Valbomgdm

Fausto António Pais de Sousa Magalhães, Desconhecida ou sem Profissão, estado civil: Casado (regime: Desconhecido), nascido(a) em 18-04-1947, concelho de Gondomar, freguesia de Valbom [Gondomar], nacional de Portugal, NIF — 162216017, BI — 719173, Endereço: Avenida da Boavista, 1545, 9.º Dtº, Porto, 4000-000 Porto

António Pais de Sousa Magalhães, nacional de Portugal, NIF — 162215991, BI — 722763,

Endereço: Rua da Escola Dramática N.º 328-1.º Andar, 4420-443 Valbom a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s).

Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respectivo domicílio.

Aníbal dos Santos Almeida, Endereço: Rua Alves Martins, Edifício Humberto Delgado, 40, 5.º B, 3500-078 Viseu: Tel- 232430660.

Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente.

Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem.

Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE)

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias.

Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda:

O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias.

O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham.

Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE).

Do requerimento de reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE):

A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros;

As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas;

A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objecto da garantia e respectivos dados de identificação registral, se aplicável;

A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes;

A taxa de juros moratórios aplicável.

É designado o dia 23-11-2010, pelas 10:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE).

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE).

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º dp Código de Processo Civil (alínea c do n.º 2 do artigo 24.º do CIRE).

Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE).

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

Informação — Plano de Insolvência

Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE).

Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

28-9-2010. — O Juiz de Direito, *Dr. Sá Couto*. — O Oficial de Justiça, *Amélia João Morais Domingues*.

303740697

MINISTÉRIO PÚBLICO

Procuradoria-Geral da República

Conselho Superior do Ministério Público

Declaração de rectificação n.º 2100/2010

Por ter saído com inexactidão no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 160, de 18 de Agosto de 2010, a p. 44188, o despacho n.º 13362/2010, rectifica-se o mesmo.

Assim, onde se lê:

«Licenciada Rita Alexandra Pereira da Silva Sequeira Linhas — Vila do Conde e Tribunal de Trabalho do Porto;

Licenciada Elsa Cristina Moreira da Silva — Barcelos e Tribunal de Trabalho de Vila Nova de Gaia;»

deve ler-se:

«Licenciada Rita Alexandra Pereira da Silva Sequeira Linhas — Vila do Conde e Tribunal do Trabalho de Viana do Castelo;

Licenciada Elsa Cristina Moreira da Silva — Barcelos e Tribunal do Trabalho de Santo Tirso;»

6 de Outubro de 2010. — O Secretário da Procuradoria-Geral da República, *Carlos José de Sousa Mendes.*

203779456